

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO. 1 PESOUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO 2 DIA VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE. No vigésimo 3 quarto dia do mês de setembro de dois mil e dezenove, às nove horas e quinze minutos, na sala de 4 reuniões dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, localizada no 3º andar do Prédio da 5 Reitoria, cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, na cidade de Belém, capital do 6 estado do Pará, reuniu-se, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Emmanuel Zagury Tourinho, o 7 Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a presença dos seguintes membros: Gilmar 8 Pereira da Silva, Vice-Reitor: Edmar Tavares da Costa, Pró-Reitor de Ensino de Graduação: João 9 Cauby de Almeida Júnior, Pró-Reitor de Administração; Nelson José de Souza Júnior, Pró-Reitor 10 de Extensão; Raimundo da Costa Almeida, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; 11 Carlos Max Miranda de Andrade, representando a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento 12 Institucional; Iracilda da Cunha Sampaio, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; Marcus 13 Vinicius Domingues, representante docente do Instituto de Estudos Costeiros; Tadeu Oliver 14 Gonçalves, representante docente do Instituto de Educação Matemática e Científica; Antônia Alves 15 Pereira, representante docente do Instituto de Letras e Comunicação; Luiz Alberto Gurião Sampaio 16 de Cavalcante Rocha, representante docente do Instituto de Ciências Jurídicas; André Salim Khayat, 17 representante docente do Instituto de Ciências Biológicas; Eliana da Silva Felipe, representante 18 docente do Instituto de Ciências da Educação; Jane Felipe Beltrão, representante docente do 19 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Joelma Morbach, representante docente do Instituto de 20 Ciências Exatas e Naturais; Aline Maria Meiguins de Lima, representante docente do Instituto de 21 Geociências; Patrícia Ribeiro Maia, representante docente do Instituto de Medicina Veterinária: 22 Ana Rosa Pontes, representante docente do Instituto de Ciências da Saúde, Daniel Souza Barroso. 23 representante docente da Escola de Aplicação; Carlos Barbosa Alves de Souza, representante 24 docente do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento; Paulo Martins, representante docente 25 do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares; Rosana Quaresma Maneschy, representante 26 docente do Núcleo de Meio Ambiente: Edna Aoba Yassuí Ishikawa, representante docente do 27 Núcleo de Medicina Tropical; Júnior Hiroyuki Ishihara, representante docente do Núcleo de 28 Desenvolvimento Amazônico em Engenharia; Maria Ataíde Malcher, representante docente do 29 Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão; Vanessa Conceição dos Santos, 30 representante docente do Campus Universitário de Tucuruí; Alcy Favacho Ribeiro, representante 31 docente do Campus Universitário de Ananindeua; Ana Áurea Barreto Maia, representando o 32 Campus Universitário de Abaetetuba; Alessandra Doce Dias de Freitas, representante docente do 33 Campus Universitário de Altamira; Youszef Bitar, representante docente do Campus Universitário 34 de Soure: Tássio Costa de Carvalho, representante docente do Campus Universitário de Castanhal; 35 representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Gilmar Wanzeller Siqueira, Marcos 36 Rodrigo da Conceição Nascimento, Lauricéia Valente e Simone dos Santos Brito; representante dos 37 Discentes: Adriano Mendes de Souza, Gregório dos Santos Neto, Lucas Batista Paixão Ferreira; 38 representante do Diretório Central dos Estudantes: Wellington Davi dos Santos Lima. Faltas 39 justificadas: Maria Elena Crespo López, Larissa Steiner Chermont, Marcela Vecchione, Orlando 40 Maneschy e Voyner Ravena Cañete. Convidados: Antenor Aires, André Menezes, Abdala Mussa 41 Inaque e Géssica Lobato Ferreira; e o advogado André Beckmann, que representa os interesses da 42 candidata Lara Dahas Jorge Rocha, no Processo n. 023160/2019. 1. ABERTURA. Com a palavra, o 43

44

Senhor Presidente saudou a todos e deu início à Sessão. Em seguida, deu às boas-vindas aos frools is

M

presentes e, em especial, ao novo representante docente do Instituto Amazônico de Agriculturas 45 Familiares, Professor Paulo Martins. 2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA: Ata da 8ª 46 Reunião Ordinária do dia 14.08.2019, sem manifestações prévias ou expressas nesta sessão, a Ata 47 foi aprovada, 3. LEITURA DO EXPEDIENTE: Não houve. 4. COMUNICAÇÕES. Com a 48 palayra, o Conselheiro Tadeu Oliver Goncalves comunicou a todos e solicitou que informassem às 49 suas respectivas Unidades, que é necessário ter atenção na elaboração dos Planos de Concursos. 50 principalmente no item que trata sobre a composição de Banca, no quesito membros externos à 51 Unidade. Em seguida, ressaltou, que devido aos cortes no orçamento, não há verba para convidar 52 professores de outros estados para compor a Banca de Concurso e, sugeriu que se convidem 53 professores da UEPA, do IFPA, de Instituições de Ensino Privadas ou até mesmo de outras 54 Unidades da UFPA. Disse, ainda, que é imprescindível a participação de professores externos à 55 Unidade, pois sem a participação dos mesmos o Concurso poderá ser anulado. Em seguida, o 56 Senhor Presidente comunicou que a UFPA participou do Edital do Programa Ciência na Escola 57 (PCE), sendo aprovada uma proposta. Disse, ainda, que o Edital é do Ministério da Ciência, 58 Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em parceira com o Ministério da Educação 59 (MEC), com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a 60 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disse, também, que a 61 proposta foi liderada pelo Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI) e pelo Núcleo de 62 Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão (NITAE), sob a liderança dos professores 63 João Bento, Maria Ataíde Malcher e Isabel Lucena. Em seguida, enfatizou que o projeto é 64 extremamente importante para a Instituição, além da captação de recursos consideráveis para a 65 Universidade. Acrescentou, também, que a Universidade agradece o empenho da equipe e 66 parabenizou-os pelo sucesso da aprovação. Com a palavra, a Conselheira Maria Ataíde Malcher 67 ressaltou que o processo de aprovação envolveu não apenas a equipe da UFPA, mas também da 68 Universidade Federal do Acre e de Rondônia e o Instituto Federal do Acre e de Rondônia. Disse, 69 ainda, que houve um excelente processo de integração entre os envolvidos. Com a palavra, o 70 Conselheiro Tadeu Oliver Gonçalves disse que foi um trabalho árduo, mas que todo o esforço foi 71 recompensado pela aprovação do projeto. 4. COMUNICAÇÕES. 4.1. Câmara de Pesquisa e 72 Pós-Graduação (CPPG). 1) Processo n. 024248/2019, Código Eletrônico 1701, da Plataforma 73 On-line - Cursos de Especialização. Interessado: Campus Universitário de Altamira. Assunto: 74 Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas em Linguagem, Alfabetização e 75 Letramento. Relator: Gilmar Wanzeller Siqueira. Dando continuidade à reunião, o Senhor 76 Presidente se reportou à apreciação do Processo n. 024248/2019, Código Eletrônico n. 1701, da 77 Plataforma On-line, de interesse do Campus Universitário de Altamira, que trata do Curso de 78 Especialização em Práticas Pedagógicas em Linguagem, Alfabetização e Letramento, com relatoria 79 do Conselheiro Gilmar Wanzeller Siqueira e parecer favorável pela Câmara de Pesquisa e Pós-80 Graduação. O mesmo não obteve destaques, sendo aprovado por unanimidade. 5. PROPOSIÇÕES. 81 82 Não houve. 6. ORDEM DO DIA. 6.1. Processos em Fase de Apresentação. 6.1.1. Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). 1) Processo n. 000572/2019. Interessado: Instituto 83 Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). Assunto: Aprovação do Regimento do 84 Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Relatora: Maria Iracilda da 85 Cunha Sampaio. 2) Processo n. 001984/2019. Interessado: Didac Santos Fita. Assunto: 86 Reconhecimento de Título de Doutorado em Ciências em Ecologia e Desenvolvimento 87 Sustentável. Relatora: Maria Iracilda da Cunha Sampaio. 3) Processo n. 018425/2019. 88 Interessado: José Maria do Vale Quaresma. Assunto: Solicitação de Inclusão no Programa de 89 Prestação de Trabalho Voluntário. Relator Ad Hoc: Estanislau Luczynski. 4) Processo n. 90 011835/2016. Interessado: Davi Salomão Pinto Castanho Bizarro. Assunto: Reconhecimento 91 de Título de Mestrado Integrado em Engenharia Civil - Perfil de Estruturas. Relatora: 92 Rosana Quaresma Maneschy. 5) Processo n. 007822/2011. Interessada: Simone Beverly 93 Nascimento da Costa. Assunto: Reconhecimento de Título de Mestrado em Educação. 94 Relatora: Rosana Quaresma Maneschy. 6.1.2. Câmara de Ensino de Graduação (CEG). 1) 95 Processo n. 023160/2019. Interessada: Lara Dahas Jorge Rocha. Assunto: Recurso 96

97

Administrativo contra a decisão que considerou que a candidata não possui formação to Rooks

compatível com o cargo exigido no Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, 98 sob o Tema: Formas de Expressões Bidimensionais em Artes Visuais, promovido pelo ICA, 99 regido pelo Edital n. 139/2019. Relator: Edmar Tavares da Costa. 2) Processo n. 011875/2018. 100 Interessado: Campus Universitário de Altamira. Assunto: Solicitação de alteração do nome do 101 Curso Interdisciplinar em Educação do Campo para Curso de Licenciatura em Educação do 102 Campo. Relator: Edmar Tavares da Costa. 3) Processo n. 011144/2019. Interessado: Campus 103 Universitário de Tucuruí. Assunto: Solicitação de alteração do número de Vagas do Curso de 104 Graduação em Engenharia Mecânica. Relator: Edmar Tavares da Costa. 4) Plataforma On-105 line Projeto Pedagógico - Código Eletrônico n. 122. Interessado: Campus Universitário de 106 Bragança. Assunto: Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Língua 107 Inglesa. Relator: Alcy Favacho. 7. Apreciação Ad Referendum. 7.1.1. Câmara de Ensino de 108 Graduação (CEG). 1) Processo n. 021592/2019. Interessadas: Faculdade de Etnodiversidade 109 (Campus Universitário de Altamira), Faculdade de Educação do Campus 110 Universitário de Cametá) e Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (Campus 111 Universitário de Abaetetuba), Comissão Permanente de Processos Seletivos (COPERPS) da 112 113 Universidade Federal do Pará (UFPA). Assunto: Edital n.º 6 – COPERPS, de 10 de setembro de 2019, referente ao 2º. Processo Seletivo Especial de 2020 - PSE 2020-3, para o Curso de 114 Licenciatura em Educação do Campo - Turmas 2020, oferecido pela Universidade Federal do 115 Pará. Relator: Edmar Tavares da Costa. 2) Plataforma Atena - Plano de Concurso. 116 Interessado: Campus Universitário de Altamira. Assunto: Exigência da Graduação em 117 Medicina e da Titulação de Especialista ou de Residência Médica para os Concursos Públicos 118 da Carreira do Magistério Superior, sob os Temas: Assistência à Saúde do Adulto e Idoso e 119 Atenção à Saúde da Mulher. Passando à Ordem do Dia, o Senhor Presidente se reportou aos 120 Processos em Fase de Apresentação, iniciando pelo Processo n. 000572/2019, de interesse do 121 Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), que trata da Aprovação do Regimento do 122 Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Instada, a relatora Maria Iracilda da 123 124 Cunha Sampaio fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação do Regimento do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). 125 Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada 126 pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo 127 128 manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, ao que o mesmo foi aprovado. Em seguida, passou ao Processo n. 001984/2019, do interessado Didac Santos Fita, 129 referente ao reconhecimento do Título de Doutorado em Ciências em Ecologia e Desenvolvimento 130 Sustentável. Solicitada, a relatora Maria Iracilda da Cunha Sampaio fez a leitura do parecer com 131 voto favorável à aprovação do reconhecimento do Título de Doutorado em Ciências em Ecologia e 132 Desenvolvimento Sustentável pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). Ao final da 133 leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores 134 Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o 135 Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, ao que o mesmo foi aprovado. 136 Prosseguindo, passou ao Processo n. 018425/2019, do interessado José Maria do Vale Quaresma. 137 que trata da solicitação de inclusão do docente no Programa de Prestação de Trabalho Voluntário. 138 Instada, a Conselheira Rosana Quaresma Maneschy, em substituição ao relator Ad hoc professor 139 Estanislau Luczynski, fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação da inclusão do 140 docente no Programa de Prestação de Trabalho Voluntário pela Câmara de Pesquisa e Pós-141 Graduação (CPPG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o 142 que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Com 143 a palavra, o Senhor Vice-Presidente Gilmar Pereira da Silva parabenizou e louvou a iniciativa do 144 docente, principalmente pelo seu retorno para lecionar na Graduação e ressaltou que os professores 145 que retornam como voluntários não recebem nenhuma retribuição financeira pelo exercício da 146 atividade. Não havendo mais manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer 147 favorável, ao que o mesmo foi aprovado. Dando seguimento à reunião, o Senhor Presidente passou 148 ao Processo n. 011835/2016, do interessado Davi Salomão Pinto Castanho Bizarro, referente ao 149 reconhecimento do Título de Mestrado Integrado em Engenharia Civil - Perfil de Estruturas, 150

- Val

hodys.

27

12 July

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179 180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195 196

197

198

199

200

201

202

203

Solicitada, a relatora Rosana Quaresma Maneschy fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação do reconhecimento do Título de Mestrado Integrado em Engenharia Civil - Perfil de Estruturas pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, ao que o mesmo foi aprovado. Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente se reportou ao Processo n. 007822/2011, da interessada Simone Beverly Nascimento da Costa, que trata do reconhecimento do Título de Mestrado em Educação. Instada, a relatora Rosana Quaresma Maneschy fez a leitura do parecer com voto desfavorável à aprovação do reconhecimento do Título de Mestrado em Educação pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer desfavorável, ao que o mesmo foi aprovado. Em seguida, passou ao Processo n. 023160/2019, da interessada Lara Dahas Jorge Rocha, referente ao recurso administrativo contra a decisão que considerou que a candidata não possui formação compatível com o cargo exigido no Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, sob o Tema: Formas de Expressões Bidimensionais em Artes Visuais, promovido pelo ICA, regido pelo Edital n. 139/2019. Solicitado, o relator Edmar Tavares da Costa fez a leitura do parecer com voto desfavorável à solicitação da interessada pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG), e destacou em seu voto: "[...]. II - Parecer e voto do relator. A posição assumida pela Coordenação da CLON/PROGEP se mostra correta, ao indeferir a posse da candidata aprovada. pois a mesma não apresentou, no momento de sua posse, os documentos exigidos no Edital. Caros Conselheiros, em função do que consta nos autos do processo e baseado em análises e decisões tomadas por esta Câmara e por este Conselho Superior em ocasiões anteriores, que tratavam de situações semelhantes, manifesto-me com parecer desfavorável ao pleito da requerente, por não atendimento aos termos editalícios, abstendo-me de me manifestar acerca da formação acadêmica da mesma, que poderia ou não estar alinhada ao perfil de que necessita a Unidade. Este é o meu Parecer, s.m.j. III – Decisão da Câmara. A Câmara de Ensino de Graduação acompanha o voto do Relator". Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Solicitada a palavra e consentida, o Senhor André Beckmann, advogado da candidata, agradeceu a oportunidade de espaço na reunião e argumentou que a candidata Lara Dahas Jorge Rocha possui qualificação técnica e acadêmica para assumir a vaga. Além disso, a interessada tem a formação básica exigida pelo Concurso. Disse, ainda, que a mesma foi a primeira colocada em todas as etapas do certame. Prosseguindo, disse, que após a realização do Concurso, onde a candidata foi considerada aprovada pela Banca é que Coordenação de Legislação e Ordenação Normativa apreciou a documentação e emitiu um Parecer, onde observou a divergência do nome do Curso, pois o Edital não cita Bacharelado em Moda. Disse, também, que o Parecer Jurídico se limitou a designação do nome do Curso sem, contudo, analisar as qualificações da candidata. Finalizou dizendo que solicita que o Concurso Público seja homologado e que seja considerada aprovada a candidata Lara Dahas Jorge Rocha. Solicitada a palavra, o Conselheiro Edmar Tavares da Costa argumentou que o Edital respeita e cumpre as leis e que não contém absurdos. Disse, ainda, que em momento pretérito, discutiu-se no CONSEPE, um caso bastante peculiar e ressaltou sobre a importância de relembrar o caso, tendo em vista que a partir dessa situação houve modificações na Resolução de Concursos Públicos. Continuando, disse, que à época, o candidato havia feito a Graduação em Zootecnia, no entanto direcionou toda a sua trajetória posterior a Graduação para a área das Artes. Disse, ainda, que numa decisão inédita na história da Universidade, a Banca aprovou o candidato em 1º lugar no Concurso, desconsiderando itens do Edital, mas considerando toda a sua produção acadêmica. Disse, ainda, que naquela ocasião, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal não deu posse ao candidato, em virtude de o mesmo não cumprir requisitos do Edital. Acrescentou também, que naquela situação, quem impetrou o recurso a favor da posse do candidato foi a Unidade Acadêmica que promoveu o certame, no caso, o Instituto de Ciências da Arte (ICA). Continuando, disse, que após todo o trâmite do processo ficou decidido que era

A VOI

Rodup &

ng / Jul

205

206

207

208 209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248 249

250

251

252

253

254

255

256

necessário fazer modificações na Resolução que trata de Concurso Público para Professor Efetivo, e, que, a partir da aprovação da nova Resolução não se exigiria mais a Graduação específica, exceto em situações bem particulares. Em seguida, disse que a situação citada, não se aplica para o Concurso em questão, pelo fato de ser um Processo Seletivo Simplificado, onde a própria Subunidade solicitou o perfil desejado do egresso. Com a palavra, a Conselheira Jane Felipe Beltrão disse que ratifica o parecer da Câmara de Ensino de Graduação. Disse, ainda, que quando se faz um Concurso para Professor Substituto a assunção tem que ser imediata, pois em contrário os alunos são prejudicados. Disse ainda, que a candidata em questão fez todos os Cursos direcionados para a área da moda, inclusive os de Pós-Graduação. Disse, também, que o que rege o Concurso Público é o Edital, sendo o mesmo claro, preciso e objetivo. Continuando, disse que a candidata não ficou em primeiro lugar, pois não possuía a habilitação exigida no certame. Com a palayra, o Conselheiro Tadeu Oliver Gonçalves ressaltou que o processo em questão foi bastante discutido na Câmara. Disse, ainda, que a aprovação é apenas uma etapa do Concurso, mas que no momento da posse é necessário apresentar a documentação exigida pelo Edital. Finalizou sua fala dizendo que acompanha o voto do relator. Com a palavra, a Conselheira Eliana da Silva Felipe disse que a questão é complexa, pois se entende que a Especialização é a continuação da formação acadêmica, no entanto é preocupante para determinadas áreas considerar mais importante a Pós-Graduação do que a Graduação. Disse, ainda, que em determinadas áreas a formação inicial é extremamente importante para a consolidação de um determinado campo do saber. Continuando, falou que o Concurso Público é de provas e de títulos, sendo que nas provas são avaliadas as habilidades e as competências dos candidatos. Disse, ainda, que apesar da candidata ter o reconhecimento pela Banca de determinadas competências e habilidades, para o cargo a ser assumido não foi o suficiente, pois o Concurso Público prevê também que os títulos sejam adequados ao objeto do Concurso. Concluiu sua fala dizendo que foi com relação a esse tópico, qual seja, formação compatível com o cargo exigido, que a candidata não obteve resultado favorável. Com a palayra, o Conselheiro Luiz Alberto Gurião Sampaio de Cavalcante Rocha ressaltou que de fato o Edital é a lei do Concurso Público, o qual determina as regras e as exigências da Administração Pública ainda que, muitas vezes, o Edital possa ser temperado com a verdade real, conforme ocorreu com o caso citado pelo Conselheiro Edmar Tavares da Costa, o qual resultou em alterações na Resolução de Concursos. Novamente com a palavra, a Conselheira Jane Felipe Beltrão ressaltou que no momento de realizar as provas, a Banca não recebe o diploma dos candidatos. Disse, ainda, que a Banca só recebe os diplomas no momento de realização da verificação dos títulos. Disse, ainda, que a análise dos títulos é feita em função do Edital pela PROGEP e não pela Banca do Concurso Público. Com a palavra, a Conselheira Joelma Morbach indagou se houve alguma manifestação da Unidade/Subunidade a qual o Concurso estava vinculado. Indagou, ainda, o motivo de que o Parecer da Câmara cita a Resolução de Concursos efetivos e não a Resolução de Processos Seletivos Simplificados. Com a palavra, o Conselheiro Edmar Tavares da Costa respondeu que o processo foi encaminhado pela PROGEP e que não há manifestação da Subunidade. Disse, ainda, que foi citada a Resolução de Concurso para Professor Efetivo apenas para comparação. Novamente com a palavra, o Conselheiro Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha ressaltou que a candidata teve todo o seu aprendizado voltado para a área da moda, que é a competência que a mesma desenvolve. Disse, ainda, que o fato de ter conseguido desempenhar o Concurso mostra apenas a sua competência global e ressaltou que o Edital deve ser respeitado. Não havendo mais manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer desfavorável, ao que o mesmo foi aprovado. Dando seguimento à reunião, o Senhor Presidente passou ao Processo n. 011875/2018, de interesse do Campus Universitário de Altamira, que trata da solicitação de alteração do nome do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo para Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Instado, o relator Edmar Tavares da Costa fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação da alteração do nome do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo para Curso de Licenciatura em Educação do Campo pela Câmara de Ensino de Graduação. Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, ao que o mesmo foi aprovado. Prosseguindo, tratou do Processo n

A vot

Rody X

ng / Land

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270271

272273

274

275

276

277278

279

280 281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306 307

308

309

011144/2019, de interesse do Campus Universitário de Tucuruí, referente à solicitação de alteração do número de Vagas do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica. Solicitado, o relator Edmar Tavares da Costa fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação da alteração do número de Vagas do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica pela Câmara de Ensino de Graduação. Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, ao que o mesmo foi aprovado. Em seguida, passou ao Processo da Plataforma On-line Projeto Pedagógico - Código Eletrônico n. 122, de interesse do Campus Universitário de Bragança, que trata da aprovação do Proieto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Língua Inglesa. Instado, o relator Alcy Favacho fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Língua Inglesa pela Câmara de Ensino de Graduação. Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, ao que o mesmo foi aprovado. Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente se reportou ao Processo n. 021592/2019, de interesse da Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira; Faculdade de Educação do Campo, Campus Universitário de Cametá e Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo. Campus Universitário de Abaetetuba, além da Comissão Permanente de Processos Seletivos (COPERPS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), que trata da aprovação do Processo Seletivo Especial de 2020 - PSE UFPA 2020-2, para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo -Turmas 2020, oferecido pela UFPA, por meio do Edital n. 4 – COPERPS, de agosto de 2019, do referido Curso. Em seguida, o Senhor Presidente ressaltou que o Parecer foi aprovado na Reunião Ordinária de agosto do CONSEPE, no entanto restaram alguns pontos do Edital para discussão. Em seguida, solicitada a palavra e consentida, o Conselheiro Edmar Tavares da Costa explicou que na Sessão Ordinária de agosto foi aprovado o Edital do Processo Seletivo Especial para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, e que na ocasião da reunião foram feitos alguns ajustes no Edital. Continuando, disse que houve algumas mudanças quanto à oferta de vagas do último Edital para o Edital atual, entre as mudanças ocorridas destacou o fim do subsídio do Ministério da Educação (MEC) para a oferta dos Cursos, pois esse aporte financeiro permitia que se ampliassem as vagas para os Campi do interior e para seus polos. Disse, também, que as Coordenações dos Cursos solicitaram a inclusão de novas turmas para serem ofertadas no mesmo Edital com a justificativa apenas do Plano Individual de Trabalho dos professores. Disse, ainda, que o Presidente do Conselho solicitou que o relator do processo solicitasse às Coordenações dos Cursos outras justificativas para subsidiar o Parecer Complementar e que fundamentasse a solicitação. Disse, ainda, que o Edital foi publicado com um Parecer Ad referendum, para que o Processo Seletivo de 2020, não sofresse atrasos. Disse, ainda, que a alteração substancial do Edital é quanto às vagas para as Faculdades de Etnodiversidade (Campus Universitário de Altamira), de Educação do Campo (Campus Universitário de Cametá) e de Formação e Desenvolvimento do Campo (Campus Universitário de Abaetetuba). Solicitada a palavra e consentida, a Conselheira Jane Felipe Beltrão indagou se houve a modificação no Edital quanto aos candidatos com a formação superior iniciada ou concluída, pois foi solicitado que as pessoas que iniciaram ou concluíram a Graduação não poderiam concorrer às vagas. Em seguida, o Conselheiro Edmar Tavares da Costa respondeu que essa questão foi discutida na Reunião Ordinária do CONSEPE de agosto, sendo a mesma aprovada. Disse, ainda, que por equívoco, o CEPS publicou o Edital sem essa alteração, mas que foi solicitado ao CEPS que faça a retificação da publicação do Edital para fazer constar que pessoas que iniciaram ou concluíram a Graduação não podem se inscrever no Processo Seletivo Especial. Em seguida, disse, que na reunião anterior foi dito que houve cortes no orçamento para os Cursos de Educação no Campo e, esclareceu que não houve cortes no orçamento do Governo Federal. Disse, ainda, que o projeto previa subsídio do Governo Federal até 2016, e que a partir do fim do subsídio a maioria das Universidades suprimiu do quadro de ofertas os Cursos destinados à Educação do Campo, no entanto a UFPA teve a cautela de analisar o impacto do encerramento desses Cursos e foi constatada que seria uma enorme perda, principalmente para o Campus Universitário de Altamira,

A vot

Rodys X

191/11-20

180

311

312

313

314

315

316

317 318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

para o Campus Universitário de Cametá e para o Campus Universitário de Abaetetuba. Com a palayra, o Vice-Presidente Gilmar Pereira da Silva complementou dizendo que o projeto inicial previa data de inicio e data de fim, no entanto não previa continuidade, mas que a UFPA decidiu por permanecer com o projeto, em virtude do impacto que causaria aos Campi, em especial ao Campus Universitário de Altamira, ao Campus Universitário de Cametá e ao Campus Universitário de Abaetetuba e, acrescentou que anteriormente, os Cursos eram ofertados nos Polos da UFPA. Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente disse que se tem como pressuposto central que a Educação do Campo é fruto de experiência coletiva construída pelos movimentos e organizações de trabalhadores do campo e que o impacto desses Cursos é enorme para toda a sociedade, e esse é o principal motivo que se justifica todo o esforço para conseguir mantê-los. E, não havendo mais manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável à solicitação das Faculdades de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, e de Educação do Campo. Campus Universitário de Cametá, para adição das turmas com ingresso em 2020/3. Além da solicitação da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Campus Universitário de Abaetetuba, no sentido de adicionar duas novas turmas, porém no período letivo 2/2020, ao que a mesma foi aprovada. Em seguida, passou ao Processo da Plataforma Atena – Plano de Concurso, de interesse do Campus Universitário de Altamira, referente à exigência da Graduação em Medicina e da Titulação de Especialista ou de Residência Médica para os Concursos Públicos da Carreira do Magistério Superior, sob os Temas: Assistência à Saúde do Adulto e do Idoso e Atenção à Saúde da Mulher. Solicitado, o relator Tadeu Oliver Gonçalves fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação da exigência da Graduação em Medicina e da Titulação de Especialista ou de Residência Médica para os Concursos Públicos da Carreira do Magistério Superior, sob os Temas: Assistência à Saúde do Adulto e do Idoso e Atenção à Saúde da Mulher pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Com a palavra, o Senhor Presidente esclareceu que o Ministério da Educação (MEC) emitiu uma Nota, a qual determina que a partir de 2020, as Universidades não terão mais a liberdade de utilizar as vagas do banco de professores equivalentes, pois o uso das vagas dependerá de questão orçamentária, mediante autorização da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), por isso se justifica a necessidade de apressar a aprovação dos Concursos que estão pendentes. Disse, ainda, que a justificativa do MEC é em virtude de que quando um docente se aposenta o mesmo continua na folha de pagamento da Universidade. Disse, ainda, que quando se contrata um docente novo se expande o gasto com pessoal, e em virtude disso, a partir de 2020, será feito um monitoramento do gasto com pessoal e só irão liberar a contratação de docentes, ainda que seja para a vaga que esteja garantida pelo banco de professores equivalentes, se isso estiver acomodado dentro do limite de gasto com pessoal, ou seja, o MEC irá colocar uma barreira na expansão com gasto de pessoal. Com a palavra, o Conselheiro Daniel Souza Barroso indagou se a contratação de professor substituto se dará da mesma forma. Em seguida, o Senhor Presidente respondeu que sim. Com a palavra, a Conselheira Jane Felipe Beltrão disse que é importante fazer um esforco na Universidade para tentar ocupar o máximo possível as vagas que estão ociosas. Solicitada a palayra e consentida, a Conselheira Joelma Morbach ressaltou a importância de ocupar as vagas disponíveis. Disse, ainda, que no Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN) foi discutida a ideia de se aproveitar vagas de Concursos aprovados, pois foi percebido que não há tempo hábil para realizar novos Concursos antes de 2020. Disse, ainda, que é prudente pensar na possibilidade de dialogar com os docentes para que haja um aviso sobre a intenção de se aposentar para que possa haver um planejamento da Instituição. Com a palavra, a Conselheira Eliana da Silva Felipe ressaltou que o aproveitamento das vagas de Concursos aprovados é uma estratégia nacional e citou o caso de uma professora recémempossada no Instituto de Ciências da Educação (ICED), e que recentemente foi chamada para tomar posse num Concurso na Universidade da Paraíba, onde havia sido classificada em terceiro lugar. Disse, ainda, que a questão da aposentaria é preocupante. Disse, também, que um conjunto de professores que leva determinado tempo para construir uma expertise em determinado campo do conhecimento, de repente pode acontecer de se aposentarem de uma única vez. Disse, ainda, que no ICED existe uma quantidade considerável de professores que estão aptos à aposentadoria. Não

- vot Rollso X

271 19

Ata da 9ª Reunião Ordinária do CONSEPE, de 24.09.2019.

havendo mais manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, ao que o mesmo foi aprovado. 7. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu ao comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às doze horas e quinze minutos, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais presentes.

Joseph Melacolo Section of Sectio